

## Enaldinho

## Rei dos baixinhos, youtuber vitamina sua marca e faz fortuna offline

Enaldinho fala de si na terceira pessoa, porque se considera uma marca. Temendo o YouTube, ele possui 35 milhões de seguidores e gera mais de 15 bilhões de visualizações por ano, atraiendo basicamente, crianças. Aos 35 anos, ele gira R\$ 20 milhões por ano e tenta, cada vez mais, reduzir sua dependência do canal.

O YouTube dá tanto dinheiro assim? No começo, resisti à publicidade nos vídeos. Comecei no era famoso, achava que isso espantaria a audiência. Perdi mais de R\$ 1 milhão por isso. Diria que hoje 70% da receita vem daí. Na pandemia, chegou a 90%. Quero equilibrar, chegar a 50% nesse ano, especialmente com as

outras frentes de negócios.

Quanto você fatura? Cerca de R\$ 30 milhões por ano.

Já teve oferta de compra?

Um ano e meio atrás, um grupo que comprara 40% da companhia, que foi avaliada em R\$ 142 milhões. Era uma grana alta, mas, perto do que a gente está construindo, poderia chegar a um patamar mais alto ainda. Por isso, não vendi. Está construindo, poderia chegar a um patamar mais alto ainda. Por isso, não vendi.

Onde quer chegar? Apreendi muito naquele momento. Entendi que a empresa valia menos por ser personificada. Se eu morrer, ela acaba. De uns anos para cá, venho tentando despersonalizá-la.



RAIO-X

Mineiro de Belo Horizonte, Enaldinho começou a postar vídeos no YouTube aos 14 anos, em 2012. Hoje, aos 35 anos, é um premiado influenciador no universo infanto-juvenil, dono de uma marca que já lançou livros, figurinhas, jogos e até um filme

Como assim? Na parceria com o Bob's, por exemplo, a gente fez bonecos do Enaldinho, criaturas, como nos desenhos animados. Um personagem não envelhece.

Tirando o Youtube, de onde sai o dinheiro hoje?

Faço muita publicidade fora do canal, parcerias com outras marcas e produtos, eventos, tudo sempre coerente com meu público. Não aceito propaganda de apostas ou bebidas alcoólicas, por exemplo. Além disso, há os shows, uma linha muito rentável. Em 2023, fizemos 35 e quero chegar a 80 neste ano. Tenho uma linha própria de produtos e comecei a fazer licenciamento, que dá uma vi-

sibilidade incrível.

Ser visto é a chave para o negócio? O Bob's tem mais de mil lojas no Brasil. No ano passado, meu álbum de figurinhas liderou com a venda de oito milhões de envelopes. Em toda banca tinha meu rosto estampado. Nas livrarias, temos totens. Nas papelerias, mochilas, cadernos. Estamos na C&A, lojas de brinquedos, praças de alimentação. Minha ideia é que uma criança ou um adolescente seja impactado pelo Enaldinho quando for ao shopping, não apenas nos 15 minutos de vídeo. Claro que não vou parar de postar, mas essa é uma forma de colocar a marca no offline.

## Roberto Campos Neto

## BC está disposto a sentar com governo para debater PEC da autonomia ampla

Continuação da pág. A13

Isso pode ter efeito inflacionário? Sim. Mas isso não está só acontecendo no Brasil, está acontecendo nos EUA, no Canadá, na Austrália, na Inglaterra, na Europa, em grandes partes dos países. O diagnóstico do BC hoje é que você precisa de mais tempo para verificar se existe de fato uma contaminação no preço de serviços vindo de salários, mas ainda não vimos esse aumento de salários reais se transformar numa trajetória ruim para a inflação de serviços.

Há risco de não termos uma taxa Selic terminal de um dígito? Não conseguimos dizer qual é a taxa terminal hoje, porque o processo de desinflação ainda está em curso. Se a taxa vai terminar em um dígito ou não depende de muita coisa, inclusive da parte externa.

O sr. vê risco de uma desaceleração do PIB forçar o governo a querer acelerar estímulos para o crescimento? Isso afetaria a inflação? O BC não faz comentários sobre qual é o programa do governo. O fiscal é uma variável que está ligada intrinsecamente à política monetária. Outro dia mesmo o ministro Haddad falou que a gente precisa fazer um fiscal [reduzir o déficit] porque isso contribui com juros mais baixos. Acho que todos nós estamos na mesma missão.

O sr. está mais otimista com a política fiscal. O governo tem todas as condições de fazer um número fiscal melhor do que o que está nos preços, um déficit menor. Neste caso, o sr. otimista.

O mercado tem um momento de déficit projetado hoje de 0,7% e 0,8% do PIB, e acho que o governo tem condições de entregar um número melhor do que esse. Estou otimista em relação ao que o mercado está achando.

O sr. já disse que o rotativo do cartão de crédito foi o tema mais difícil que enfrentou. Como o BC vai encaminhar esse tema após o limite dos juros? O rotativo é um problema que já vem de há algum tempo. Mais recentemente teve três componentes que fizeram com que o problema se agravasse.

Um foi que o limite de gastos nos cartões aumentou bastante. Outro é que o número de cartões aumentou muito. Acabou tendo o que chamamos de mar aberto, que é muito cliente que teve cartão e que não pertence a um dos grandes bancos. Tem também o parcelado sem juros, que é um tema que gera um financiamento no cartão sem juros. Foi decidida uma solução

que foi regulamentada pelo BC no CMN [Conselho Monetário Nacional], chamada de muro inglês. Para fazer uma queda muito expressiva, precisamos de novo voltar à mesa, discutir o problema com os setores todos, para entender como é que podemos fazer uma solução na qual de fato a gente tenha uma queda de juros mais expressiva e estrutural.

Há um ano, o sr. vivia o auge de uma relação conturbada com o presidente Lula por causa dos juros altos. Qual o balanço dessa relação? Foi uma experiência nova para todo mundo. Para um governo que já tinha sido governado e que estava acostumado a ter o poder da nomeação do BC. Para mim também, que de repente estava trabalhando para um governo que não foi o que me indicou. Esse é o espírito da autonomia.

O que está por trás do pouso suave para inflação que o sr. cita em discursos? É conseguir levar a inflação para a meta com o mínimo de sacrifício econômico necessário. De PIB, emprego, tudo. Quando eu falo de sacrifício econômico, é a experiência vivida das pessoas. Menos custo para a sociedade. É crescimento, mais emprego.

Acha que o PT vai continuar pressionando o sr.? Tenho que trocar meu trabalho aqui no dia a dia. Eu tenho uma relação boa com o ministro Haddad, já conversei com Lula algumas vezes. Estou tentando fazer o melhor para o país. Fazer o melhor para o país ajuda o governo. O foco vai ser a eleição municipal. A volatilidade dos juros está baixa. O BC está indicando o que vai fazer nos próximos dois meses. O BC virou um negócio desinteressante.

Como o sr. vê a sua sucessão? Só tenho uma coisa para dizer sobre isso. Vou fazer uma transição suave e ajudar o meu sucessor.

O mercado tem um número de déficit projetado hoje de 0,7% e 0,8% do PIB, e acho que o governo tem condições de entregar um número melhor do que esse. Estou otimista



Visão aérea de plantação de soja em fazenda no estado de Goiás. Segundo uma das fontes, o projeto de lei

## Agro tenta reduzir obrigações em plano para crise climática

Ruralistas fizeram movimento semelhante em projeto de crédito de carbono

## FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

João Gabriel

ANÁLISE. A bancada ruralista articula para reduzir as obrigações do agronegócio em mais um projeto de lei em tramitação no Congresso. Desta vez, em uma proposta que estabelece orientações a serem seguidas pelo poder público na elaboração de planos de adaptação do país às mudanças climáticas.

O texto, relatado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), foi aprovado na CMA (Comissão de Meio Ambiente) do Senado na quarta-feira (28).

A iniciativa agora está pronta para ir ao plenário da Casa, mas a bancada ruralista apresentou um requerimento para que o projeto seja antes apreciado pela CRA (Comissão de Agricultura), na qual o grupo tem ampla maioria.

Na comissão ambiental, que também tem boa parte de seus parlamentares ligados ao setor, a bancada já conseguiu emplacar uma emenda para reduzir as responsabilidades do agro.

O projeto original exigia a adaptação do setor agrícola por meio de um plano para redução de emissão de carbono. Após pedido do senador Zequinha Marinho (PP-PA), a redação foi alterada. A exigência foi retirada e o texto passou a prever, generali-

camente, que haverá um "estímulo" (ligado a investimentos em pesquisa e desenvolvimento, por exemplo) para que o setor corte suas emissões. A nova versão não especifica se o estímulo inclui recursos públicos.

Sob reserva, parlamentares veem um movimento semelhante ao que aconteceu no projeto de crédito de carbono, quando o agronegócio conseguiu se livrar das obrigações de redução de emissões após pressão da bancada ruralista.

Marinho também queria que o projeto de adaptação às mudanças climáticas criasse a previsão de "pagamento por serviços ambientais e ecossistêmicos" para o agronegócio, mas esse trecho não foi aceito pelo relator.

Vieira considera que as mudanças feitas no texto até agora possibilitaram o avanço na Comissão de Meio Ambiente sem que o mérito fosse prejudicado, e que a tramitação pela Comissão de Agricultura faz sentido caso os senadores entendam que o projeto precisa ser mais amplamente debatido.

"Um eventual requerimento de remessa do plenário para a Comissão de Agricultura me parece razoável caso a gente não consiga esclarecer ao plenário sobre o que é o projeto. É uma proposta que cuida da adaptação, da proteção de cidades e pessoas, e do meio ambiente. O que pe-

dimos é que uma eventual tramitação tenha prazo, uma razoabilidade de duração", diz o relator do projeto de lei.

"Agente tem que compreender que são mudanças que estão sendo implantadas, uma tomada de consciência que é crescente na sociedade e em particular nos setores econômicos mais vinculados ao agro", completa, sobre a resistência do setor à pauta.

A Folha procurou o senador Zequinha Marinho, mas não teve resposta.

Alexandre Prado, líder da área de mudanças climáticas do WWF, lembra que um dos principais desafios do país é reduzir as emissões ligadas ao uso da terra, e que as mudanças climáticas já impactam até mesmo o próprio agronegócio.

É uma proposta que cuida da adaptação, da proteção de cidades e pessoas, e do meio ambiente

Alexandre Vieira (MDB-SE) relator do projeto de lei

Ainda assim, ele avalia que as alterações não chegam a invalidar o cerne do projeto, que ele vê como de fundamental importância para o combate aos efeitos do aquecimento global.

"Não faria disso um cavalo de batalha. Esse projeto, se for para votação, está de bom tamanho", analisa.

Ele diz que o Brasil está entre os dez países mais potencialmente impactados pelos efeitos do aquecimento global e vê a proposta como a criadora das condições necessárias para que, após sua aprovação, cada um dos setores econômicos possa regularizar suas ações específicas para a adaptação às mudanças climáticas.

A proposta em discussão estabelece diretrizes para os planos de adaptação às mudanças climáticas previstos pela Política Nacional sobre Mudança do Clima — criada por uma lei de 2009. De acordo com o texto, os documentos devem passar pelo Sisnama (o Sistema Nacional de Meio Ambiente), que inclui órgãos como o Ibama e ICMBio.

A proposta é que os planos contemplem as esferas nacional, estadual e municipal. O texto em discussão prevê ainda que eles podem ser financiados com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, criado em 2009 e administrado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).